

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.790 - SP (2019/0286224-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : M A DE G
ADVOGADO : FERNANDO JOSÉ DE CUNTO RONDELLI - SP065525
AGRAVADO : J DOS S
ADVOGADO : GABRIEL FABRICIO GRANO - SP333751

DECISÃO

Cuida-se de agravo, interposto por M A DE G, em face de decisão que não admitiu o recurso especial.

O apelo extremo, a seu turno, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Apelação Reconhecimento e dissolução de união estável Terreno adquirido na vigência da união, para pagamento em parcelas mensais, inexistindo prova de que fora adquirido exclusivamente pelo réu em sub-rogação Participação da autora na partilha do terreno que deverá ser limitada ao valor das mensalidades pagas no período da união estável Moradia erigida sobre o terreno Demonstração de esforço comum para a construção, de modo que caberá à autora 50% do valor da casa, a ser apurado em fase de liquidação de sentença Sentença reformada em parte Recurso a que se dá parcial provimento.

Em suas razões de recurso especial (fls. 199/206, e-STJ), o recorrente aduz que "fundamento e principal razão do presente Recurso Especial é a busca pela faculdade e possibilidade de Reavaliação do Conjunto Probatório, ante a Decisão mantida parcialmente em sede de apelação, sustentada na amplitude e profundidade da valoração da prova constituída no procedimento cognitivo e não interpretada ou tampouco devidamente valorizada, na medida em que a mesma ostenta e detém sua extensão e objetivo".

Em juízo de admissibilidade (fls. 210/211, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso especial.

Daí o agravo de fls. 214/221 (e-STJ), buscando a agravante o processamento daquela insurgência.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, mister destacar que, da análise das razões recursais, denota-se que o recorrente não indicou os dispositivos legais que teriam sido violados, o que inviabiliza a compreensão da controvérsia e, por sua vez, caracteriza a deficiência na fundamentação do recurso, atraindo a incidência da Súmula 284 do STF, por analogia.

Esta Corte tem orientação no sentido de que não tendo sido feita a indicação **clara e precisa** dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria a divergência jurisprudencial, evidencia-se a deficiência na fundamentação do recurso a atrair o óbice da Súmula 284 do STF.

Ainda que assim não fosse, segundo os autos, a Corte de origem manteve a sentença que, nos autos da ação de reconhecimento e dissolução de união estável, proposta pela ora recorrente, julgou procedente o pedido para reconhecer a união entre as partes e dissolvê-la, além de partilhar para cada uma das partes 50% do imóvel localizado na Rua José Bruschi, nº 260, Jardim Dona Bella, bem assim as dívidas, lucros e rendas advindos da administração deste bem, até a efetiva extinção do condomínio.

Essencialmente, o Tribunal *a quo* verificou não há nos autos elementos que demonstrem a presença dos elementos necessários à caracterização da união estável e que o terreno partilhado foi adquirido na constância da convivência de foram onerosa.

Confira-se:

Estabelece o artigo 1.723 do Código Civil ser “reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradora, e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

Ao afirmar em audiência que o réu não fazia parte de sua família pretendeu a autora apenas demonstrar o inconformismo com a intenção do réu para que os membros da família original da apelada se retirassem do imóvel.

Por outro lado, o reconhecimento pela autora de que não se tratava de um relacionamento perfeito pelo fato do réu nunca ter aceitado seus filhos de outro casamento, não é circunstância que permita o afastamento do pedido inicial, porque restou demonstrada a convivência pública, contínua e duradoura, sendo relevante anotar que a constituição de uma família não implica necessariamente na procriação de novos filhos.

Nos termos da lei civil, denota-se que o elemento diferenciador entre a união estável e o namoro, isto é, para que seja reconhecida a entidade familiar, não é suficiente que a convivência seja pública, contínua e duradora, sendo necessário que ambos tenham a vontade dirigida para constituição de família, e que as partes convivam como se casadas fossem, e a prova produzida conduz a esta conclusão.

A convivência sob o mesmo teto é dispensável à caracterização da união estável, sendo relevante que neste caso concreto se verificou a existência de mútua assistência, que se faz pertinente nas relações pessoais entre os companheiros, consoante artigo 1724 do Código Civil, numa demonstração de objetivo claro de constituição de família e exercício pleno de uma vida em comunhão.

Ainda que durante certo período não exista prova concreta de que o réu tenha morado exclusivamente sob o mesmo teto da autora, este não demonstrou que neste tempo tenha residido com outra pessoa ou mantido outros relacionamentos amorosos e/ou afetivos, de modo que restou configurada a fidelidade, um dos deveres inerente à união estável.

Por fim, se não houvesse o efetivo interesse na constituição de uma nova família, não pareceria razoável que o réu permitisse que a autora e outros membros do núcleo familiar fossem morar no imóvel construído, e do qual sempre afirmou ser proprietário exclusivo.

Impõe-se, portanto, o reconhecimento da união estável entre as partes no período entre fevereiro/2012 a setembro/2014.

O terreno onde construído a casa para moradia da família, ora objeto de litígio, fora adquirido em 16 de janeiro/2013 (fls.77/81), portanto no período

de vigência da união estável.

[...]

O réu não trouxe qualquer prova que permita reconhecer que a aquisição do terreno ocorreu por sub-rogação a eventual outro bem adquirido no período anterior à união estável.

Sendo assim, por se tratar de aquisição de bem na constância da convivência, de forma onerosa, há presunção de esforço comum das partes.

O acórdão impugnado está, portanto, fundamentado no quadro fático singular formado na presente demanda. A revisão do aresto no sentido pretendido pelo recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre estar demonstrada a união estável e a aquisição de bem na constância da convivência, de forma onerosa. Essas medidas não são possíveis pela via estreita do recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. IMPROCEDÊNCIA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. PUBLICIDADE. AFFECTIO MARITALIS. AUSÊNCIA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

2. A alteração do acórdão recorrido, amparado na ausência de provas quanto à publicidade e à pretensão de constituir família durante o período de convivência entre os litigantes, demandaria novo exame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1324451/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 17/12/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA. ACORDO DE REGIME DE BENS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE PROVA.

1. Não se admite o recurso especial quando sua análise depende de reexame de matéria de prova (Súmula 7 do STJ).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1116516/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 19/04/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIÃO ESTÁVEL. NÃO RECONHECIMENTO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever a conclusão do Tribunal de origem de que não ficou demonstrada a configuração de união estável demandaria reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial e impede o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional (Súmula 7 do STJ).

Superior Tribunal de Justiça

2. "A errônea valoração da prova que enseja a incursão desta Corte na questão é a de direito, ou seja, quando decorre de má aplicação de regra ou princípio no campo probatório e não que se colham novas conclusões sobre os elementos informativos do processo" (AgRg no AREsp 424.941/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe de 07/06/2016).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1076850/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017)

2. Do exposto, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI

Relator